

O PERCURSO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E PERSPECTIVAS ATUAIS

The path of landscape concept on geographical science and current perspectives

Juliano Strachulski¹

Resumo

Este texto buscou abordar o percurso do conceito de paisagem na ciência geográfica, pelo viés cultural, bem como suas perspectivas atuais. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada nos postulados teóricos de vários pensadores da ciência geográfica que ajudaram a desenvolver o conceito de paisagem como, Alexander Von Humboldt, Paul Vidal de La Blache, Carl Sauer, Augustin Berque, dentre outros. A partir disto, elaborou-se uma problematização, destacando as várias influências que sofreu o conceito de paisagem ao longo do tempo e pelas escolas geográficas mais próximas a perspectiva cultural, evidenciando as diferenças teóricas existentes. Posteriormente, buscou-se teorizar acerca de novas perspectivas, capazes de proporcionar aporte ao conceito de paisagem, denominadas de etnometodologias. Desta forma, compreende-se que cada perspectiva teve a sua contribuição para o desenvolvimento do conceito de paisagem cultural. No início do século XIX, Alexander Von Humboldt apresenta uma perspectiva de análise da paisagem atrelada ao empirismo como condutor de seu pensamento estético. No decorrer do século XIX, Paul Vidal de La Blache, pertencente à escola francesa, estuda a paisagem pela descrição dos gêneros de vida. No início do século XX, Carl Ortwin Sauer, expoente da escola anglo-saxônica, substitui a prática descritiva da paisagem pela interpretativa. A partir da década de 1970, o estudo da paisagem é revigorado pela emergência da Nova Geografia Cultural. Atualmente, destaca-se o aporte das etnometodologias, permitindo compreender a relação das pessoas com a paisagem a partir das narrativas e vivências dos fenômenos.

Palavras-chave: Paisagem cultural. Meio rural. Etnometodologias.

Abstract

This text sought to address the path of landscape concept on geographical science, by cultural bias, as well as their current prospects. In methodological terms, was held a bibliographical research based on theoretical postulates of several geographical science thinkers who helped develop the concept of landscape as, Alexander Von Humboldt, Paul Vidal de La Blache, Carl Sauer, Augustin Berque, among others. From this, was elaborated a problematization, highlighting the various influences that has suffered the concept of landscape over time and the closest geographical schools the cultural perspective, highlighting the existing theoretical differences. Posteriorly, we sought to theorize about new perspectives, capable of providing contribution to concept of landscape, denominated ethnomethodologies. This way, it is comprises that each perspective had its contribution to the development of the concept of cultural landscape. In the early 19th century, Alexander Von Humboldt presents an analysis perspective of the landscape linked to empiricism as conductor of his aesthetic thought. In course the 19th century, Paul Vidal de La Blache, belonging to the French school, studies the landscape by the description of genera of life. In the early 20th century, Carl Ortwin Sauer,

¹ Graduado em Geografia pela UEPG. Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/PR

exponent of the Anglo-Saxon school, replaces the descriptive practice of landscape by interpretive. From the decade of 1970, the study of landscape is invigorated by the emergence of the New Cultural geography. Presently, stands out the contribution of ethnomethodologies, allowing to understand the relationship of the people with the landscape from the narratives and experiences of phenomena.

Keywords: Cultural landscape. Rural environment. Ethnomethodologies.

Introdução

Na história da ciência geográfica o conceito de paisagem vem ganhando conotações diferenciadas de acordo com cada momento histórico e mentalidade científica vigente. O presente texto buscou abordar o percurso do conceito de paisagem na ciência geográfica, pelo viés cultural, bem como suas perspectivas atuais.

O presente texto objetivou resgatar as abordagens culturais do conceito de paisagem, analisando seu percurso por um viés teórico das escolas do pensamento geográfico, bem como suas perspectivas atuais.

O conceito de paisagem é um dos mais antigos da geografia, sendo um dos primeiros temas desenvolvidos pelos geógrafos e apesar de não ser utilizado somente por esta ciência é nela que ganhou destaque e maior importância.

O termo paisagem sempre esteve presente como conceito-chave nas diversas escolas do pensamento geográfico. Em alguns momentos foi mais questionada e menos empregada e em outros momentos mais utilizada e com maior importância, corroborando com o pensamento de Paul Claval (2007) para quem a geografia e, por conseguinte, o conceito de paisagem passaram por um período de aprofundamento, crise e renovação.

Nestes termos, analisar o percurso do conceito de paisagem é importante para se compreender não somente a sua construção, mas também o próprio caminhar da ciência geográfica.

Em termos metodológicos, buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o conceito de paisagem. Para tanto, foi dada ênfase a geografia cultural, baseada nos postulados teóricos de vários pensadores da ciência geográfica que ajudaram a desenvolver o conceito de paisagem, como Alexander Von Humboldt, Paul Vidal de La Blache, Carl Sauer, Augustin Berque, dentre outros.

A partir disto, elaborou-se uma problematização, objetivando destacar as várias influências que sofreu o conceito de paisagem ao longo do tempo e pelas diversas escolas geográficas, evidenciando as diferenças teóricas existentes. Posteriormente, apresentou-se e se

teorizou acerca de uma nova perspectiva, capaz de proporcionar aporte ao conceito de paisagem, denominada de etnometodologia.

Desta forma, evidencia-se que o conceito de paisagem apresenta significados objetivos e subjetivos, enfoca o material e imaterial, a descrição e a leitura, elementos carregados de símbolos que ressaltam a sua polissemia (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998).

Assim, a análise científica da paisagem ganha destaque em um primeiro momento com os estudos desenvolvidos por Paul Vidal de La Blache, pertencente à escola francesa de estudos morfológicos da paisagem. O autor influencia a geografia agrária francesa com o conceito de região e paisagem. Para ele a paisagem era o resultado da superposição ao longo da história das influências humanas e dos elementos naturais. Apoiado na noção de gêneros de vida seu método é descritivo e parte da observação dos objetos da superfície terrestre.

No início do século XX ocorre certa evolução em relação ao estudo morfológico da paisagem com os trabalhos de Carl Ortwin Sauer, principal expoente da escola anglo-saxônica. Sauer (1998) propôs a Geografia Cultural, estudando a diferenciação da terra em áreas (paisagens). A paisagem geográfica seria o conjunto das formas naturais e culturais associadas em área, analisadas por sua forma, dando ênfase a difusão de artefatos. Com Sauer a prática descritiva da paisagem é substituída por uma que é interpretativa.

A partir da década de 1970 a análise da paisagem é revigorada pelo surgimento da Nova Geografia Cultural, desenvolvendo um arcabouço teórico que vai além da descrição e interpretação da forma visível da paisagem. Esta passa a ser compreendida também a partir do imaginário, ou seja, o não-material, englobando temas como percepção, representação, experiência, geossímbolos, etc., contudo sem negligenciar seu aspecto material. Privilegia-se o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real (CLAVAL, 2002).

Os elementos destacados pela Nova Geografia Cultural também passam a compor a análise da paisagem no espaço rural, cuja particularidade cultural está vinculada a íntima relação dos grupos humanos com o meio. Isso implica dizer que há uma cultura arraigada às experiências de seus moradores que evidencia um sentimento de pertencimento e afetividade em relação à terra e, cuja expressão se materializa na paisagem. A sociedade rural, assim, é fundada sobre a apropriação e a exploração da terra, considerada como uma realidade carregada de pertencimento.

Ao pressuposto acima dissertado corrobora-se a definição de Augustin Berque, para quem a paisagem deve ser pensada como elemento transformado e transformador-

condicionador. Desta forma, a paisagem passa a ser marca de ações de grupos humanos e matriz que contempla e exprime aspectos culturais relevantes da sociedade, revela características próprias de determinada cultura (comunidade), seus valores, e perspectivas futuras (BERQUE, 1998).

Assim, a cultura se mostra um conceito intimamente ligado ao de paisagem, possibilitando uma análise dos fenômenos que acarretam na constituição desta. E em se tratando do meio rural podem ser paisagens formadas pelas atividades práticas referentes à manutenção do grupo, materializadas em formas concretas (como a paisagem das plantações, da pastagem, das construções, etc.), quanto àquelas criadas pela imaginação, crenças, sentimento e memória.

A paisagem cultural, assim, é tanto simbólica como material. Na visão de Diegues *et al.* (1999) a cultura das sociedades rurais não dissocia o natural do social. Portanto a compreensão das paisagens culturais deve levar em consideração uma imbricação que envolve o meio biofísico local e a capacidade da cultura local em se adaptar a tais condições.

Não obstante, a compreensão da paisagem cultural ganha forças com incremento do aporte das etnometodologias, proporcionando inteligibilidade acerca das percepções e representações dos grupos humanos em relação à paisagem que se inserem. Para tanto, geógrafos culturais como Berque (1998) e Duncan (2004) fazem menção às etnometodologias, tais como a fenomenologia e hermenêutica, como possibilidades metodológicas dentro da geografia cultural, que permitem compreender como as pessoas pensam e agem sobre a paisagem que os permeiam e os acolhem, e que é percebida, praticada e vivenciada.

Paisagem, gênero de vida e região: categorias investigativas centrais nas escolas geográficas francesa e anglo-saxônica

Ao longo do tempo o termo paisagem é utilizado pelos pesquisadores, porém em cada época com uma conotação distinta, além de que, os objetos de estudo também tendem a ter vários sentidos, assim, acarretando numa riqueza de perspectivas acerca do termo.

Num primeiro momento, ao final do século XV o termo paisagem ganhou sentido artístico com a arte da pintura, sendo apreendida a partir do ponto de vista da beleza cênica. Já em meados do século XVII, ainda com um significado pictórico, a paisagem passa a ser entendida como a imagem que representa a observação do meio natural (CLAVAL, 2004).

No início do século XIX o termo paisagem tem um olhar e uma teoria científicos, influenciados pelo pensamento empírico e estético de Alexander Von Humboldt, que buscava a distinção entre paisagens através das formas de vegetação.

Os estudos da natureza realizados por Humboldt, como os demais cientistas da época, apresentava grande influência do positivismo em suas obras, cuja lógica era a prática empírica das ciências. A paisagem era entendida de acordo com configurações de elementos naturais (solo, vegetação, relevo, etc.), de modo que, não cabiam às análises (naturalistas) da época interpretar os grupos humanos e suas ações nos estudos de paisagem, pois se entendia que os elementos do meio natural determinavam as condições dos grupos humanos.

A paisagem na visão de Humboldt (1944) deveria ser descrita e representada pelo observador, o qual deveria ter um distanciamento em relação ao seu objeto analítico. Humboldt fala em um caráter individual da paisagem, portando, aponta para uma separação desta com os grupos humanos, mas ao mesmo tempo se refere a emoções, imaginação e sensações que mostram o caráter da paisagem e o seu encanto sobre o ser humano. Assim:

Lo que en la vaguedad de las sensaciones se confunde, por falta de contornos bien determinados, lo que queda envuelto por ese vapor brumoso que en el paisaje oculta a la vista las altas cimas, el pensamiento lo desarrolla y resuelve en sus diversos elementos, desentrañando las causas de los fenómenos, asignando a cada uno de dichos elementos, que concurren a formar la impresión total, un carácter individual. De aquí resulta que en la esfera de la ciencia como en la de la poesía y la pintura del paisaje, la descripción de los parajes y los cuadros que hablan a la imaginación tienen tanta mayor verdad y vida, cuanto más determinados están sus rasgos característicos (HUMBOLDT, 1944, p. 29).

Desta forma, Humboldt (1944) também sofre influência do romantismo, no sentido de que suas paisagens são compreendidas como belas, elementos que exalam vida e oferecem o prazer da observação, bem como a sensação de que o elemento observado seja a própria vida em movimento, contudo, estaticamente representada. Nestes termos, também se percebe uma forte influência da pintura quanto ao desenvolvimento e aprimoramento do conceito de natureza e a descrição e retratação da paisagem, em especial, na sua obra *Cosmos Ensayo de una descripción física del mundo*, de 1944.

A análise da paisagem natural feita por Humboldt está impregnada de uma visão romântica, em que “la magia del mundo físico [...] el gran carácter de un paisaje, y de toda escena imponente de la Naturaleza, depende de la simultaneidad de ideas y de sentimientos que agitan al observador” (HUMBOLDT, 1944, p. 27).

Percebe-se que em Humboldt (1944) as definições e formas de compreender o meio biofísico, a partir da paisagem, estão carregadas de uma visão literária e de beleza cênica e ao

mesmo tempo de uma visão rígida, em que os grupos humanos pouco interagem com a paisagem. Portanto, a natureza representada pela paisagem não somente deve ser descrita, mas também entendida como o elo entre o espírito humano e a beleza e vida, o espírito da natureza que nunca morre, acreditando-se que o empirismo seja o condutor do pensamento estético de Humboldt.

Já na segunda metade do século XIX desenvolveu-se com Friedrich Ratzel, na Alemanha, uma concepção da ciência geográfica que buscava incluir os grupos humanos em seus estudos. Esta concepção teórica foi denominada de antropogeografia, cujo objeto geográfico era “o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade” (MORAES, 2005, p. 69).

Ratzel (1990) buscava compreender a influência do meio sobre os grupos humanos, portanto, influenciado pelo pensamento determinista e evolucionista em voga na época. No entanto, embora os estudos de Humboldt privilegiassem a paisagem como elemento de análise das dinâmicas naturais, a escola geográfica germânica liderada por Ratzel (1990) entendia o espaço habitado pelos grupos humanos como território, deixando em segundo plano a paisagem como categoria de análise.

O território neste contexto era visto como essencial à existência de uma sociedade, e sua expansão era considerada vital ao desenvolvimento de uma nação. Ratzel (1983) compreendia que as relações dos grupos humanos com o meio ambiente e os problemas oriundos de sua mobilidade dependeriam das técnicas que estes dominassem. Tais aceções serviriam para justificar o imperialismo germânico.

Na mesma época, na França, em oposição aos pressupostos de Ratzel (1983) apresenta-se a teoria de Paul Vidal de La Blache (2005), representante da escola francesa (a escola das monografias regionais) de estudos morfológicos, o qual concebia os grupos humanos como presentes em várias regiões da superfície terrestre. A relação constante destes com a natureza regional proporcionava sua adaptação através da criação de um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que empreendidos por eles possibilitavam o uso dos recursos naturais disponíveis em tais regiões.

Assim, Vidal de La Blache (2005) redefine o conceito de gênero herdado do determinismo da escola germânica e o transforma em “gênero de vida”, manifestando relação de equilíbrio entre os grupos humanos e meio construída historicamente.

Os estudos de Vidal de La Blache são marcados pela influência do positivismo, porém há certa tendência ao subjetivismo (os quadros regionais elaborados nas viagens ao

interior da França representam a faceta literal e artística deste tipo de investigação). Uma das suas principais características é a inter-relação entre pressupostos positivistas dominantes e aqueles subjetivos, pois ele insere os grupos humanos nos estudos de paisagem e região. É também na inter-relação objetividade e subjetividade, e no contexto da luta imperial e pela colonização, que se configura a contribuição de Paul Vidal de La Blache.

Ele acaba influenciando a Geografia Agrária com o conceito de região e paisagem apoiado na noção de gêneros de vida, sendo que tal abordagem surge em um contexto da França rural em transformação.

Vidal de La Blache (1903), mais do que tudo, era um defensor de comunidades camponesas. Para ele as paisagens rurais da França camponesa eram uma amostra da importância do ambiente físico como “um princípio subjacente de causação” (VIDAL DE LA BLACHE, 1903, p. 8). Concomitantemente as paisagens também mostravam a capacidade das populações camponesas em se adaptar ao meio físico local e moldá-lo ao longo do tempo.

Os levantamentos geográficos de regiões predominantemente agrárias naquela época (segunda metade do século XIX) ensejavam o desenvolvimento de uma geografia agrária, buscando-se sintetizar as informações e as características sobre a estrutura fundiária de uma região, as técnicas de cultivo, arquitetura, instrumentos e as relações de trabalho. Estes estudos retratavam bem a época de uma França majoritariamente rural. O método é descritivo e parte da observação dos objetos da superfície terrestre.

Este método pautava-se na análise dos gêneros de vida, percebidos ao se observar que as comunidades possuíam diferentes formas de manejar as paisagens de acordo com os recursos que dispunham. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida, como o emprego de animais para realizar atividades agrícolas.

A paisagem geográfica, neste sentido, englobaria a área de ocorrência de uma forma de vida, cuja representação do ambiente em que viviam tais populações dava-se pelos *pays*, “pequena unidade testemunha de uma harmonia secular entre os homens e a natureza, ao modo da região geográfica, mas à escala local” (OZOUF-MARIGNER; ROBIC, 2007, p. 8).

Contudo, o processo de modernização da agricultura, entendido como nova etapa de expansão das relações capitalistas no campo, fez com que Vidal de La Blache (2005) se debruçasse sobre as transformações dessas paisagens e regiões e dos seus gêneros de vida.

Vidal de La Blache (2005) foi intensamente criticado pela ênfase que dava às comunidades locais. Pois, durante quase todo o período em que escreveu defendendo tais comunidades, viu os diferentes modos de vida (gêneros de vida) dos camponeses franceses se

desestruturando, mediante intensificação da entrada do capital (novos investimentos em transportes e a atração gerada pelas grandes cidades) e do estado francês no campo, provocando individualismos.

Assim sendo, Vidal de La Blache (2005) vivenciou e escreveu acerca de um impasse. Ele vivia numa época em que a França estava se modernizando e se tornando cada vez mais racionalizada. No entanto, ele relembra um mundo em que havia camponeses morando em comunidades rurais e que se sustentavam a partir do que o solo lhes possibilitava.

Através de vários de seus temas, Vidal de La La Blache buscava permitir que o singular ocupasse lugar de destaque na ciência. Alguns destes temas eram correlação, encadeamento de fenômenos e conectividade, reconhecendo aspectos particulares, porém sempre atrelados ao todo (unidade terrestre). E o *pay* certamente oferecia esta possibilidade, pois permitia compreender a relação entre grupos humanos e natureza numa realidade palpável, o local.

Vidal de La Blache em suas análises mostra como as paisagens de uma região são o resultado da superposição ao longo da história das influências humanas e dos elementos naturais (LACOSTE, 1988). A geografia humana, assim, foi compreendida como uma geografia da paisagem, encarregada de entender a relação entre grupos humanos e natureza e não de uma relação entre seres humanos.

A região que é outra categoria central nos estudos de Vidal de La Blache seria o resultado dos fatos sociais e naturais, não desmerecendo, portanto, a dimensão natural presente na realidade geográfica da superfície terrestre. A relação constante dos grupos com a natureza proporcionava a modelagem das regiões e conseqüentemente a adaptação destes, através da criação de um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes (gêneros de vida) que imprimiam às regiões particularidades culturais. Assim, a região:

não seria apenas um instrumento teórico de pesquisa, mas também um dado da própria realidade. As regiões existiriam de fato e caberia ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e explicá-las. A região seria uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas áreas limítrofes. Porém pela observação, seria possível estabelecer a dimensão territorial de uma região, localizá-la e traçar seus limites. Estes seriam dados pela ocorrência dos traços diferenciadores, aqueles que lhe conferem um caráter individual, singular (MORAES, 2005, p. 86-87).

Desta forma, Vidal de La Blache privilegia a análise morfológica da paisagem, embasada em intuição, observação e descrição, sendo a cultura apreendida pela análise das técnicas, dos utensílios e das transformações das paisagens, ou seja, dos aspectos materiais utilizados pelos grupos humanos de forma a modificar o ambiente natural. A cultura é

entendida por La Blache como “aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens” (CLAVAL, 2007, p. 35).

Já a cultura pertinente para ele seria “aquela que se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam” (CLAVAL, 2007, p. 33). Porém, segundo Claval (2007), os gêneros de vida se encarregavam também dos valores, sendo que sua prática se dava em função da subsistência dos grupos, mas também pelo fato de conferir identidade a estes. Desta forma, o gênero de vida possui “dimensões sociais ideológicas que estão indissociavelmente ligadas a seu aspecto ecológico” (CLAVAL, 2007, p. 35).

Assim, os elementos culturais investigados não possuem sentido se não são analisados sob a ótica dos gêneros de vida, que permitem uma visão geral sobre as técnicas objetos ou modos de habitar das comunidades.

O estudo do gênero de vida, definido por Vidal de La Blache, influenciou várias gerações posteriores de geógrafos, dentro e fora da Europa, principalmente aqueles que com ele conviviam ou dele estavam próximos, como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig.

Pierre Deffontaines possui uma formação baseada na escola geográfica francesa, de cunho vidaliano, cujos trabalhos de geografia humana referem-se especialmente ao estudo das paisagens e diferentes regiões brasileiras. Cabe destacar seu estudo *Regiões e paisagens do Estado de São Paulo*, de 1935, em que realiza uma regionalização do estado de São Paulo, compreendendo que este possui diversas paisagens desenhadas, na superfície terrestre, pelas mãos humanas.

Outro trabalho relevante é *Pays et paysages de l'État de Saint-Paul (Brésil). Première esquisse de division régionale*, destacando que as paisagens rurais são construídas pelos homens, pois no sul “não existem camponeses; as paisagens não estão concluídas” (DEFFONTAINES, 1936, p. 50). Assim, ele enaltece as práticas produtivas na formação das paisagens rurais e também a atração que as paisagens rurais despertam nos grupos humanos.

Deffontaines (1935, 1936) dá ênfase a interação entre atividades humanas e condições naturais na formação das paisagens rurais, compreendendo os grupos humanos como transformadores da superfície terrestre. O autor comungava da visão de que a cultura, expressa pelas práticas produtivas, na análise das paisagens rurais, era algo que existia entre os grupos humanos e o meio e humanizava as paisagens.

Pierre Monbeig, por sua vez, sofre influência de Vidal de La Blache no sentido de que em suas publicações há predominância de estudos regionais, seus gêneros de vida e os habitats rurais.

Com destaque, faz-se menção as suas observações em relação a ocupação do meio rural brasileiro, retratando a interação e ocupação deste pelos grupos e sua relação com a paisagem natural.

Monbeig enfatizava à descrição detalhada da paisagem e dos grupos, em especial as comunidades locais, que dela faziam parte, tendo em vista que o geógrafo deveria “saber olhar, e aí onde um olho não advertido vê apenas linhas e cores, ele compreende a significação profunda, o valor humano da paisagem” (MONBEIG, 1991, p. 220). Nestes termos, Monbeig (1991) compreende a paisagem rural não somente como algo a ser visto e descrito, mas também como algo que pode ser sentido.

Suas obras mostram a substituição da paisagem natural por uma que é cultural, ou seja, “o grupo humano apodera-se sempre do meio, quer vindo a dominá-lo, quer preferindo adaptar-se a ele, o que constitui ainda uma maneira de vencê-lo” (MONBEIG, 2004, p.111). Nestes termos, Monbeig (1940) compreende que a paisagem rural é o reflexo do grupo que a habita e a transforma. Portanto, estudar as marcas que uma sociedade impõe a superfície terrestre é considerado por ele como um trabalho de análise, em que a cultura de um grupo evolui junto com sua paisagem.

Os estudos de paisagem inicialmente focavam a descrição das formas físicas da superfície terrestre, sendo que progressivamente foram sendo incorporadas as ações dos grupos humanos, passando ao enfoque da análise das relações dos grupos com o ecossistema, dedicando amplo espaço a descrição dos gêneros de vida.

Além da escola francesa, de estudos morfológicos da paisagem, também merece destaque a escola anglo saxônica, liderada por Carl Ortwin Sauer, que promove uma mudança em relação ao estudo morfológico da paisagem. Sem dúvida os estudos de Sauer, a partir de sua obra *The Morphology of Landscape*, de 1925, vão se encarregar de ampliar os estudos acerca de paisagem propostos por Humboldt, Ratzel, Vidal de La Blache, dentre outros.

Sauer foi fundador da Escola de Berkeley (Estados Unidos) e propôs a chamada Geografia Cultural. Tal sub-campo da geografia segundo Sauer (1998) tinha como objetivo o entendimento da diferenciação da terra em áreas (paisagens).

Sauer (1998) definiu a paisagem geográfica como um conjunto das formas naturais e culturais associadas em área. Nesta mesma obra, Sauer estabelece conceitos que

fundamentaram a Geografia Cultural, dentre eles destaca-se a valorização da relação dos grupos humanos com a paisagem (ambiente), que por ele é transformada em habitat. Segundo Verdum (2008, s/p) a geografia cultural de Sauer era:

[...] a aplicação da idéia de cultura aos problemas geográficos, os aspectos da Terra, em particular aqueles produzidos ou modificados pela ação do homem (sociedade). Distingue, descreve e classifica os complexos típicos de aspectos ambientais, incluindo aqueles realizados pelo homem, que coincidem com cada comunidade cultural, considerando-os como paisagens culturais e procurando origens na história cultural. Assim, a cultura ao produzir e reproduzir o espaço, deixa a sua marca visível, o resultado material da interação do homem com o meio: a paisagem ou a paisagem cultural (VERDUM, 2008, s/p).

Portanto, a geografia cultural de Sauer seria, um sub-ramo da geografia, capaz de compreender os traços humanos materializados nas paisagens, entendidos como o resultado da ação da cultura sobre o meio físico. Já a paisagem poderia ser entendida como uma vitrine onde se poderia ver e perceber aquilo que de aparente se mostrava na relação entre cultura e natureza. Da mesma forma como seus contemporâneos, Sauer vê a cultura, num primeiro momento, como:

o conjunto de instrumentos e de artefatos que permite ao homem agir sobre o mundo exterior, mas vai mais longe que eles: a cultura é também composta de associações de plantas e de animais que as sociedades aprenderam a utilizar para modificar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo (CLAVAL, 2007, p. 31).

Entre os processos culturais, Sauer (1998) e seus seguidores atribuíam maior ênfase na compreensão da difusão de artefatos materiais, técnicas e saber-fazer, pois o estudo da difusão destes elementos permitiria compreender o arsenal à disposição de cada grupo.

Já a paisagem de Sauer (1998) era o resultado da ação singular da cultura humana (o agente/formas de uso) e ao longo do tempo (construção do habitat, plantações, etc.) sobre o meio natural (qualidades deste meio). Assim, a paisagem não é concebida enquanto obra da ação humana, mas da cultura em si, como se aquela fosse uma abstração, não existindo por si mesma, pois, como parte da realidade, é apenas uma maneira de se produzir, alterar e observar o espaço (PASSOS, 2004).

Propôs também que a paisagem deve ser entendida em sua totalidade, de modo que seus elementos constituintes existam de forma inter-relacionada, sendo que o estudo dissociado destes elementos não expressaria a realidade da paisagem em sua íntegra (SAUER, 1998).

Com a geografia cultural de Sauer a paisagem deixa de ser descrita e passa a ser interpretada. Assim, as paisagens, “falam dos homens que as modelam e que as habitam

atualmente, e daqueles que lhes precederam, informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar” (CLAVAL, 2007, p. 15).

Os principais interesses de Sauer residiam, portanto, “nas maneiras como as pessoas deixavam sua marca na paisagem por intermédio de suas atividades produtivas e os seus assentamentos” (MCDOWELL, 1996, p. 162). Os grupos humanos, desta forma, agem sobre a paisagem derrubando árvores, inserindo plantações, construindo edificações, desenhando vias, implantando cercas, etc., transformando-a, principalmente, através de sua ação sobre a vegetação e o mundo animal (CLAVAL, 2007).

As transformações imprimidas à paisagem não eram livres de consequências ambientais, pois se fossem conduzidas de forma imprudente poderiam colocar em risco o equilíbrio do meio ecológico local. Desta forma, Sauer (1998) considerava que a capacidade para gerir com sabedoria os recursos ambientais era uma das características principais a partir das quais as culturas deveriam ser julgadas.

Sauer (1998) salienta que a ciência geográfica adquiriria identidade através da escolha de um objeto de estudo e de um método. Segundo ele a geografia deveria estudar aquilo que é evidente, assim como em outras áreas. Para Sauer (1998) a evidência se dava quando se estudava a paisagem, devendo esta ser o objeto da geografia. Assim:

Por definição a paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A paisagem é considerada, portanto, em um certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica (SAUER, 1998, p. 23).

Percebe-se que quando Sauer (1998) fala da aplicação de um método morfológico, no qual os fenômenos estão agregados e ordenados como formas integradas em estruturas. Conclui-se que o estudo comparativo dos dados dessa maneira organizados constitui o método morfológico, caracterizado por sua empiria, deixando de lado o livre arbítrio e as particularidades que caracterizavam a geografia humana até então. Segundo Sauer (1998), se os fenômenos que compõem uma determinada área não estão meramente reunidos, mas realizam trocas e estão em estado de interdependência e em associações, seria a geografia a responsável em descobrir tais conexões e sua ordem implícita.

A tarefa da geografia é concebida assim, como “o conhecimento de um sistema crítico que envolva a fenomenologia da paisagem, de modo a captar em todo o seu significado e cor a variada cena terrestre” (SAUER, 1998, p. 22).

Neste sentido, Sauer (1998) preocupa-se não apenas com os conteúdos dos fenômenos da natureza, mas com suas conexões, associações e interdependências. A

geografia cultural não se restringe a descrição, ela busca neste momento analisar e refletir acerca dos fenômenos da paisagem. Esta visão corrobora em partes com a visão de La Blache, pois ela é relacional, contudo, faz-se inovadora, pois ressalta as ações humanas, mediante cultura, como a máxima expressão do sistema da paisagem ou cena, visto que “a descrição não é de uma cena individual, mas de um somatório de características gerais” (SAUER, 1998, p. 27).

A paisagem é, assim, apreendida enquanto um mosaico constituído de diversas cenas individuais, que ressaltam individualidades de cada paisagem, mas que também mostram uma conexão entre estas.

Segundo Claval (2007) a geografia cultural, da maneira como definiu Sauer, não é feita para as sociedades modernas. Seus discípulos que demonstraram interesse pela América do Norte, como Fred Bowerman Kniffen (1965), buscam compreender a diversidade do habitat e às práticas agrícolas dos primeiros colonos.

Assim sendo, até a década de 1940, o interesse da geografia cultural, promovida por Sauer e em certo sentido por La Blache, enfocava, as marcas que a cultura traçava nas paisagens ou a noção de gênero de vida. De maneiras diferentes, ambas as abordagens ressaltavam a cultura material (utensílios, instrumentos de trabalho, técnicas, e habitat).

Somente a partir da década de 1970 é que a geografia cultural passa por um processo de renovação, que se embasa, sobretudo, no contexto da valorização da cultura. As preocupações dos geógrafos culturais vão além dos aspectos materiais da cultura. Eles passam a se interessar pela dimensão imaterial, ou seja, atributos subjetivos e simbólicos. Este desdobramento se deve a uma compreensão mais aprofundada do que seja a cultura e uma maior valorização dos elementos socioculturais.

A ressubjetivação da paisagem para a Nova Geografia Cultural

As pesquisas geográficas anteriores a década de 1970 fundamentavam-se em categorias investigativas clássicas tais como paisagem, região, gêneros de vida. A paisagem era compreendida enquanto o resultado da ação humana que mediante a cultura modificava a natureza local, dando pouca ênfase as características culturais dos grupos. Não obstante, a cultura era vista como um todo, quase uma “caixa preta”, ao invés de um diversificado conjunto de práticas sociais (MCDOWELL, 1996).

Somente após a década de 1970 há uma mudança de postura em relação ao estudo da paisagem, com a geografia caminhando em direção às ciências sociais e às humanidades. A

New Cultural Geography, ou “escola do paisagismo” como aponta McDowell (1996), teve destaque por considerar o estudo da paisagem ligado às práticas culturais enquanto ações estabelecidas entre os grupos humanos (relações sociais), sendo a paisagem constantemente reproduzida ou alterada. Para Linda McDowell (1996) a cultura, que passa a ter grande importância no âmbito geográfico da contemporaneidade, pode ser definida como:

um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma as ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço (MCDOWELL, 1996, p. 161).

A denominada Nova Geografia Cultural trata de resgatar e ampliar as bases epistemológicas desenvolvidas pela geografia cultural de Sauer e seus discípulos. Amplia também a pauta dos estudos culturais de paisagem, que agora dão grande ênfase a dimensão não-material da cultura, contudo sem negligenciar seu aspecto material.

Surgem novas temáticas como o estudo dos (geo)símbolos de sociedades ou comunidades, o cotidiano das pessoas; as representações espaciais, a percepção ambiental; a religião, a identidade, a subjetividade, a intuição, os sentimentos. Privilegia-se o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real (CLAVAL, 2002). A paisagem passa a ser considerada como uma imagem cultural:

um meio pictórico de representar ou simbolizar tudo o que circunda o ser humano, então pode ser estudada através de vários meios e superfícies: por intermédio da pintura sobre a tela, da escrita sobre o papel, das imagens gravadas em filme, e mesmo da terra, pedra, água, e da vegetação sobre o solo (COSGROVE; JACKSON, p. 137).

Cada um desses meios revela significados que os grupos humanos atribuem às áreas e aos lugares, tendo em vista que cada grupo dispõe de grades específicas para ler o real (CLAVAL, 2002). Estes meios permitem relacionar tais significados a outros aspectos e condições da vivência dos diversos grupos humanos, mediante a compreensão de suas visões de mundo. A importância da paisagem é pautada agora sobre a maneira como os grupos vêem, compõem e harmonizam o mundo.

Desta forma, para Cosgrove (1998), um dos expoentes da Nova Geografia Cultural, a paisagem é entendida como resultante de um processo permanente e inacabado, que está em contínua transformação. Como argumenta Passos (1997, p. 70), “a paisagem não existe em si, ela é um olhar particular sobre um fragmento da realidade geográfica, uma invenção histórica

e cultural”. A paisagem pode ser vista como uma abstração, não existindo por si mesma, pois, como parte da realidade, é apenas uma maneira de se produzir, alterar e observar o espaço.

A paisagem também pode ser compreendida enquanto a “configuração de símbolos e signos” (COSGROVE; JACKSON 2010, p. 137). Nestes termos, a interpretação da paisagem diminui a ênfase na morfologia, dando mais espaço ao subjetivismo, apoiado nas vivências, como construção mental do real. Para tanto “a linha interpretativa dentro da geografia cultural recente desenvolve a metáfora da paisagem como ‘texto’ a ser lido e interpretado como documento social” (COSGROVE; JACKSON 2010, p. 137).

A analogia da paisagem como o texto é *mister*, pois passa-se a tratá-la como uma expressão da ação humana e de sua criatividade, apontando uma gama expressiva de camadas de significado (COSGROVE; JACKSON, 2010).

Na visão de Corrêa e Rosendahl (1998) o termo paisagem é polissêmico e as definições disciplinares a ele atribuídas são tão vagas quanto variadas. A paisagem, assim, mostra-se como um conceito-chave para a geografia, sendo capaz de fornecer unidade e identidade à disciplina, reafirmando o que já havia dito Carl Sauer.

A importância deste conceito ao longo da história do pensamento geográfico tem sido variada, bem como sua ênfase. Segundo Verdum (2008) a paisagem cultural aborda o resultado da imbricação dinâmica entre as características antrópicas, biológicas e físicas sobre a superfície da Terra, alteradas ou não pela ação humana. Numa perspectiva similar Bertrand (2004) entende que:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141).

A paisagem cultural é aquela que expressa de forma mais intensa a relação entre cultura e natureza, grupos e meio. Portanto, uma definição mais condizente com a incumbência da análise paisagística é aquela que leva em consideração a relação dos grupos com o meio que os rodeia. Para Corrêa (1995, p. 4) a paisagem cultural é “[...] um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço como os campos, as cercas vivas, os caminhos, a casa, a igreja, entre outras, com seus estilos e cores, resultante da ação transformadora do homem sobre a natureza”.

Nas palavras de Ab’Sáber (2003, p. 9) “a paisagem é sempre uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos

povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”. A paisagem natural apresenta, assim, relevada importância, pois proporciona, em certo ponto, as condições para que a paisagem cultural seja constituída.

Neste sentido, a relação que uma comunidade possui com o seu ambiente é expressa historicamente pelo seu saber prático implícito ou explicitamente compilado na paisagem “um código genético local, material e cognitivo; produto social da territorialização que se constitui em patrimônio territorial de cada lugar, no qual há uma co-evolução social e natural” (SAQUET, 2007, p. 148). Passos (1997, p. 72) afirma que “a ciência da paisagem ignora a ruptura entre Geografia Física e Geografia Humana. A paisagem é reflexo da organização social e de condições ‘naturais’ particulares”.

Nesta perspectiva, a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe. Pois, paisagem e sujeito são co-integrados em um conjunto unitário que se autoproduz e se auto-reproduz e, portanto, se transforma, porque há sempre interferências. Essa relação, estabelecida entre sujeito e paisagem, impregnada de sentido é a cultura (BERQUE, 1998).

Para Corrêa (1995) a paisagem expressa à cultura em suas diversas feições, possuindo um enfoque funcional e outro simbólico, compreendendo-a como uma matriz cultural e mostrando proximidade com o pensamento de Berque (1998). Assim, “[...] as paisagens através de muitos de seus elementos servem como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos, contribuindo para transferir de uma geração a outra o saber, as crenças, sonhos e atitudes sociais” (CORRÊA, 1995, p. 5).

Para Claval (2007) a paisagem cultural é a humanização criada pelas ações e sentimentos humanos que modificam os espaços ao qual estão inseridos, sendo eles urbanos ou rurais. Nesta perspectiva, a compreensão da relação estabelecida entre comunidade local e meio é revigorada, com a Nova Geografia Cultural, por um conceito de paisagem mais humanizado, de modo que os espaços rurais passam a ser compreendidos enquanto paisagens rurais.

As paisagens rurais, por sua vez, representam o lócus da integração entre os recursos naturais, biológicos e a vivência cotidiana da população local que constantemente a transforma, portanto, onde se consolida uma determinada cultura. Este pensamento é corroborado por Cavaco (2005, p. 73) para quem “As paisagens rurais são uma construção ecológica mas também histórica e cultural, uma herança do passado e o produto de novas dinâmicas”.

A concepção acima expressa aponta para o fato de que a paisagem rural não é estática nem imutável, é “um processo criativo permanente” (TABET, 1989, p. 442). Desta forma, a paisagem rural pode ser compreendida como a paisagem cultural por excelência.

A paisagem cultural abrange uma série de manifestações que retratam a interação entre os humanos e o meio a sua volta. Na perspectiva cultural a paisagem rural ganha destaque, podendo ser considerada a forma que melhor retrata a interação entre as manifestações culturais e o meio natural. Pois, é na paisagem rural que:

se manifiesta la identidad de los pueblos, forma parte de su memoria colectiva y constituye un elemento esencial del acervo cultural de cualquier territorio mínimamente humanizado. Es, por lo tanto, una creación cultural cuya supervivencia pasa necesariamente por el mantenimiento de la actividad humana que lo ha producido” (HERNÁNDEZ, 2011, p. 364).

Compreende-se, assim, que a existência da paisagem rural está condicionada pelas práticas exercidas pelos grupos humanos sobre o meio natural e quanto mais compatíveis com as condições ambientais, possibilitam construir uma relação harmônica entre as pessoas e meio. Deste modo, permite que as gerações futuras não esqueçam de seus antepassados e do legado que deixaram, pois a paisagem acaba registrando seu modo de vida. Portanto, as paisagens rurais devem ser pensadas como o reflexo da sociedade que as gerou. Pois:

En los paisajes rurales las formas se constituyen por un proceso acumulador histórico, sobre el potencial ecológico, de manera que fijan funcionalmente el legado del pasado. Éste representa en sí mismo un valor cultural de integración, de organización del espacio. Se trata de las morfologías acumulativas que presentan los modos de civilización, se trata de memoria [...] (MARTÍNEZ DE PISÓN, 1997).

A paisagem rural conta a história da relação da sociedade com a natureza e a história da sucessão de sociedades que, a partir de suas características culturais, deixaram suas marcas na paisagem. Além do mais, conta como é o modo de vida atual das pessoas que vivem no meio rural e a que ele está ligado. A paisagem rural revela o que é ausente e mostra aquilo que é aparente no território de uma determinada comunidade e quais sentimentos estão atrelados a estas situações.

Os elementos que, destacados pela Nova Geografia Cultural, passam a compor a análise da paisagem - experiência, percepção ambiental, intuição, sentimentos, representações - são também elementos a serem compreendidos no espaço rural, cuja particularidade cultural está vinculada á íntima relação dos grupos humanos com o meio. Isso implica dizer que há uma cultura arraigada às experiências de seus moradores que evidencia um sentimento de pertencimento em relação à terra, cuja expressão se materializa na paisagem.

A sociedade rural, assim, é fundada sobre a apropriação e a exploração da terra. Portanto, a paisagem rural é uma construção social que está ligada ao meio físico e dele depende, mas que ao mesmo tempo é renovada pelas práticas humanas que nele atuam (CAVACO, 2005).

Já a representação dos elementos naturais por uma comunidade rural está ligada à forma como esta coletividade se apropria da natureza, a partir do momento que passa a modificá-la, por meio de suas práticas produtivas. A ideologização da realidade é levada ao âmbito geográfico por Milton Santos (2006) na ideia de espaço como uma natureza alterada ou a segunda natureza, pois a paisagem natural praticamente não existe mais.

Desta forma, no meio rural se percebe com mais nitidez, do que em outros meios, a imbricação dinâmica de que indica Verdum (2008), que além de ser dinâmica está em perpétua evolução e na medida em que um componente é alterado os outros também se alteram. Completando o raciocínio Ribas Vilas (1992, p. 250) assevera que:

El paisaje rural es, portanto, donde más se evidencian las influencias de los tres grupos de elementos (abióticos, bióticos y antrópicos), y en el que pueden presentar un grado de jerarquía similar. Caso distinto del paisaje natural, donde dominan elementos abióticos y bióticos, y del urbano, donde domina los elementos antrópicos (RIBAS VILAS, 1992, p. 250).

Neste sentido, é importante salientar que as comunidades rurais, através da percepção da paisagem e da implantação de suas práticas agrícolas, vêm adaptando seus cultivos às condições ecológicas locais e desenvolvendo conhecimentos particulares acerca dos elementos paisagísticos. Posto que a transformação da área modificada pela humanidade e sua apropriação para usufruto são de importância fundamental para planejar a forma de uso dos recursos naturais contidos na paisagem. Portanto:

El paisaje rural es el resultado de la interacción entre la sociedad y el medio en que ésta se asienta. Esta ocupación se plasmará en una específica ordenación de los espacios para ponerlos en valor teniendo en cuenta las relaciones que se establecen entre las estructuras físico-ecológica y la socio-económica. Entendida esta correlación en una doble vertiente, por un lado, las interacciones complejas, dinámicas y cambiantes fruto de los procesos sociales y económicos que conforman el territorio y, por otra, las valoraciones sociales y culturales que esa sociedad tiene de su territorio (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2009, p. 170).

A utilização do conceito paisagem presume abordagem complexa, integrando as vertentes sociais e naturais para a compreensão do fenômeno, possibilitando o entendimento de como as coletividades se relacionam com o meio. Assim, a partir da análise da paisagem é possível estabelecer perspectivas quanto às formas de uso e apropriação de certos recursos naturais, prevendo os possíveis problemas ambientais que serão gerados por tal exploração.

Neste sentido, é *mister* destacar a paisagem como uma marca que expressa a existência de determinados grupos humanos, por suas ações materializadas, e que deve ser descrita, inventariada e apreendida. É também uma matriz que contempla aspectos culturais relevantes da sociedade, exprime características próprias de determinada cultura (comunidade) e seus valores, percepções e perspectivas futuras, sendo valorizada por uma experiência, julgada e reproduzida por visões de mundo inerentes a cada grupo, variando no tempo e espaço, portanto, significada e construída (BERQUE, 1998). As paisagens, assim, estão marcadas pela subjetividade do mundo construído pelos grupos humanos.

A importância da análise da paisagem pode ser vista na compreensão da valoração de determinados elementos do meio biofísico por parte de moradores das áreas rurais, a associação entre ambos, e de como o manejo destes pode alterar a paisagem local. Possibilita, de um lado, desvendar porque determinadas práticas são mais utilizadas e outras menos, e, de outro, porque determinadas áreas recebem um manejo diferente em relação a estas práticas.

A análise da paisagem rural auxilia também no entendimento de como determinados eventos naturais podem ser intensificados pela ação humana, como por exemplo, processos erosivos em áreas de lavoura. Isto se torna possível, mediante a análise dos instrumentos e técnicas de trabalho empreendidos pelo agricultor, que vão acabar resultando na diversificação da paisagem rural. Os instrumentos e técnicas são guiados por uma visão de mundo (racionalidade), construída por uma experiência com o meio, típica de grupos camponeses que possuem uma percepção singular do meio em que vivem.

Nestes termos, Telles (2004, p. 5) afirma que “a paisagem rural é, a imagem, a expressão física, a visualização do espaço que é vivido pelo Homem. A biodiversidade e a forma da paisagem são importantíssimas. A paisagem é mais rica, quanto mais polivalente”.

Tratar de paisagem rural é obrigatoriamente falar de sua diversidade (CAVACO, 2005). Tratando-se da diversidade da paisagem rural, evidencia-se a necessidade de uma abordagem que leve em conta duas dimensões:

- 1) uma composta pela integração entre a base física e biológica e a influência e construção humanas, ao longo do tempo, resultando na materialidade da paisagem, com as suas potencialidades e limitações, assim como no seu carácter, ou identidade; 2) e uma outra composta pela cadeia de relações socioeconômicas e condições culturais que determinam as decisões sobre a paisagem (PINTO-CORREIA, 2007, p. 69).

Desta forma, poder-se-á evidenciar que a paisagem rural, pela multiplicidade de elementos que a compõem, conserva algo singular que somente remete a ela. É a evidência de que a forma e a representação desta paisagem reflete os anseios de um grupo de pessoas que

nela causam modificações e que a partir dela também se modificam. Desta forma, a análise da paisagem rural “envolve uma visão de mundo consciente e inconsciente, sempre subjectiva e permeada pelo simbólico” (CAVACO, 2005, p. 75).

Na medida em que a relação entre os grupos e o meio se torna mais harmoniosa, menos profundas são as alterações no meio biofísico e sociocultural local, e maior é a valorização atribuída pelo agricultor a esta paisagem que é internalizada por ele. Completando o pensamento Claval (2007, p. 219) diz que:

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia (CLAVAL, 2007, p. 219).

Destarte, compreende-se que as ações, percepções e aspirações materializadas na paisagem rural vão estabelecer os padrões de transformação desta paisagem pela agricultura, conferindo a ela um caráter dinâmico, a partir da interação entre os elementos biofísicos e socioculturais.

A paisagem sob o enfoque das representações espaciais aparece desta maneira como um tipo particular de representação, uma concepção coletiva específica de modelos de pensamento do mundo real geográfico. Nesse sentido, “a teoria da paisagem permite o estudo objetivo de uma categoria de representações: as paisagens culturais” (BONIN, 2004, p. 5).

Com a Nova Geografia Cultural a análise das paisagens culturais ganha novas possibilidades metodológicas, sendo capazes de proporcionar inteligibilidade aos fenômenos paisagísticos. Dentre estas destacam-se as etnometodologias, perspectiva centrada na hermenêutica, fenomenologia, representações espaciais e geossímbolos. Para tanto, propõe compreender a forma como os grupos narram e representam suas experiências e como estão ligadas a paisagem, tanto de forma material como imaterial.

O estudo da paisagem cultural pelo viés das etnometodologias

Visando compreender as percepções e representações dos grupos humanos em relação à paisagem que se inserem, geógrafos culturais como Augustin Berque (1998) e James Duncan (2004) fazem menção às etnometodologias, tais como a fenomenologia e hermenêutica. Segundo estes autores, tais possibilidades metodológicas, dentro da geografia cultural, permitem compreender como as pessoas pensam e agem sobre a paisagem que os permeia e os acolhe, e que é percebida, praticada e vivenciada.

Segundo Bicudo (1997) o método fenomenológico não é considerado dedutivo nem empírico, mas centra-se em revelar aquilo que se encontra presente, buscando elucidar aquilo que é percebido pela consciência.

Desta forma, pode-se compreendê-lo como o estudo do modo como a pessoas percebem os fenômenos a partir do que conhecem e vivenciam (a partir de sua cultura e seu meio ambiente); como sentem e percebem algo; está relacionado com as crenças, práticas simbólicas e com os saberes das pessoas, tendo sua ênfase na descrição do mundo como os grupos humanos o experenciam.

No âmbito geográfico a fenomenologia pode prover contribuições para a compreensão da valorização subjetiva do espaço geográfico e suas paisagens, cujo fio condutor é a análise da essência dos fenômenos mediante uma consciência intencional. Seu objetivo não está na negação da existência do mundo material, mas na compreensão de como o conhecimento do mundo ocorre a partir das intencionalidades. Assim, segundo Holzer (1997, p. 11-12) “o método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as ‘essências’ da estrutura perceptiva”.

O mundo a partir da interpretação fenomenológica torna-se o sentido que se manifesta no cruzamento das experiências do indivíduo, e no cruzamento das experiências do indivíduo com aquelas do (s) outro (s), “ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade (...) da experiência do outro na minha” (MERLEAU-PONTY (1994, p. 18).

Segundo Serpa (2013, p. 171) a fenomenologia da paisagem “deve revelar o invisível espacial presente no ‘visível’ de cada paisagem, de cada aparição, enquanto ‘essência’, construindo uma tipologia baseada em sistemas materiais e sistemas de valores”.

Esta abordagem propõe compreender como os moradores de uma determinada sociedade/comunidade vivem e produzem/criam as paisagens locais. Segundo Serpa (2013, p. 174) seria “um convite para se debruçar sobre as dimensões da vida cotidiana e aprofundar o papel das representações nos processos de produção do espaço”.

A hermenêutica, por sua vez, se apóia na linguagem enquanto meio da experiência de apreensão do mundo, isto é, o domínio onde se realiza a simultaneidade, a análise e a aplicação, interpretação e compreensão e também o encontro entre o indivíduo e o mundo, encarnado em forma de paisagem (CARVALHO; GRUN, 2005).

É a maneira de compreender os meios que o mundo (paisagem) tem de comunicar algo a alguém e porque essa pessoa percebe desta forma e não de outra; é uma narrativa no

passado e no presente; visa compreender a história de vida, os discursos e representações sociais dos grupos humanos. A perspectiva hermenêutica desenvolvida por Duncan (2004), por exemplo, permitiu a ele perceber a paisagem como um “sistema de significados”.

Segundo Demo (1995) a hermenêutica se refere à arte de interpretar e compreender a comunicação humana, que se dá mediante linguagem, entendendo esta como o meio mais evidente da experiência hermenêutica. Segundo o mesmo autor:

[...] a hermenêutica é a metodologia da interpretação, ou seja, dirige-se a compreender formas e conteúdos da comunicação humana, em toda a sua complexidade e simplicidade. O intérprete é sempre alguém dotado de bagagem prévia, porque ninguém consegue compreender a comunicação sem deter algum contexto relativo a ela, em sentido prévio (DEMO, 1995, p. 249).

A interpretação se refere a capacidade de criação, ou seja, interpretar uma realidade vivida a partir da linguagem possibilita reescrever a realidade de modo a determinar o conteúdo das palavras. Para tanto, busca construir um conteúdo, acerca da realidade, com normas próprias a cada interprete, possibilitando uma mediação daquele que fala para aquele que ouve. Para Maciel (2002), a hermenêutica aparece como a interpretação de um trabalho discursivo de ordenamento da imagem de mundo, possibilitando por meio dela:

[...] desvendar como o imaginário da natureza é decodificado em valores simbólicos economicamente materializados, pois as práticas espaciais da humanidade não podem ser vistas como meramente racionais. Penetrar nas representações é compreender o espaço tanto através dos processos visíveis, quanto por meio dos aspectos míticos dos lugares, e a paisagem pode ser fundamental nesta conexão obrigatória entre pensamento e imagem (MACIEL, 2002, p. 99).

Desta forma, compreender a paisagem enquanto discurso significa desvendar as representações espaciais que condicionam as concepções e imagens do mundo, concebidas como conjuntos de saberes sociais, as verdades do conhecimento coletivo, fundadas na vivência e convivência dos sujeitos com um determinado ambiente (MOSCOVICI, 2003). Por sua vez, Ferrara (1990) enfatiza que representações espaciais são:

os sinais, as marcas que os processos de transformação social deixam no espaço e no tempo contando uma história não-verbal que se nutre de imagens, máscaras, fetiches concretizados em usos, hábitos, valores, expectativas, que por sua vez, se fetichizam em materiais [...] e objetos que povoam o cotidiano (FERRARA, 1990, p. 106).

As representações espaciais proporcionam “compreender como o indivíduo ou a coletividade interpreta a realidade de uma sociedade, expressando o conhecimento que cada pessoa ou grupo detém sobre um determinado tema” (ROCHA; AMORAS, 2006, p. 149).

Representações espaciais é um conceito fortemente influenciado pela noção de

“espaço vivido” de Armand Frémont (1980). As representações espaciais, assim, estão relacionadas com processos de valorização e de identificação em relação ao espaço vivido, interiorizado, que explicam as sensibilidades às paisagens (LEMA, 1997). Para Guérin (1989, p. 4) representações espaciais são “criações sociais de esquemas pertinentes do real, [...] esquemas pertinentes do real, posto que as representações são um guia de compreensão, de comportamento, de organização do espaço”.

O estudo das representações espaciais busca captar as experiências (temporal, espacial e social) dos grupos humanos. Portanto, existe uma relação que pode ser direta e/ou indireta “entre essas representações e as ações humanas, ou seja, entre as representações e o imaginário, revolucionando a gênese do conhecimento, permitindo-nos compreender a diversidade inerente às práticas sociais, às mentalidades, ao vivido” (KOZEL, 2002, p. 215).

As representações espaciais ligam conceitos e imagens, dando-lhes significados conforme o contexto sociocultural em evidência. Referenciam as imagens de uma paisagem aos símbolos culturalmente reproduzidos em uma coletividade, ressaltando a visão de mundo dos grupos humanos: os geossímbolos, nesses termos, atribuem valores, selecionam elementos e simplificam e dão sentido à realidade vivida.

Os geossímbolos de uma paisagem representam referências para a memória de vários grupos humanos, pois reforçam a identidade local e fortalecem as representações espaciais. A partir das representações do cotidiano (paisagem vivida) e das relações sociais os geossímbolos podem reforçar a ligação dos indivíduos com a paisagem que os envolve.

Neste sentido, os geossímbolos podem ser compreendidos como um conjunto de atributos que estruturam a paisagem por meio de sua dimensão simbólica. Para Bonnemaïson (2002, p. 109) “um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”.

A compreensão do que seja um geossímbolo permite dizer que, as marcas deixadas pelos grupos e os artefatos existentes em qualquer paisagem podem ser consideradas como geossímbolos. Para Bonnemaïson (2002, p. 124) sua existência está atrelada a “uma forma de linguagem, um instrumento de comunicação partilhado por todos e, em definitivo, o lugar onde se inscreve o conjunto da visão cultural”. As paisagens, assim, apresentam atrativos que prendem a atenção daqueles que as observam, uma vez que se constituem na base das representações individuais e sociais dos indivíduos que constantemente as transformam.

Nessa perspectiva, os geossímbolos podem estar representados por pontos fixos,

como construções, caminhos, formas do relevo, rios, árvores, estradas, e itinerários reconhecidos, traçando na superfície uma semiografia engendrada por símbolos, figuras e sistemas espaciais que são a “representação [...] da concepção que os homens produzem do mundo e dos seus destinos” (BONEMAISON, 2002, p. 105).

Os geossímbolos, além de atrativos, guardam os significados das paisagens, representando as práticas sociais (materiais e imateriais) e produtivas de uma determinada comunidade ou grupo social. Nestes termos, revelam as características culturais que se materializam nas paisagens e os sentimentos e valores atribuídos a estas.

Assim, as etnometodologias aqui citadas possibilitam revelar os valores socioculturais e os significados das práticas dos grupos sobre suas paisagens. Portanto, fornecem subsídios para que a análise da paisagem, pelo viés cultural, possibilite compreender, a partir das narrativas e vivências, a importância da paisagem tanto para a ciência quanto para aqueles que dela falam e nela vivem.

Considerações finais

O conceito de paisagem cultural, seus significados objetivos e subjetivos, marca e matriz, material e imaterial elementos descritos, interpretados e compreendidos, carregados de símbolos que ao longo do tempo foram mais ou menos representativos, de acordo com o enfoque de cada época, confirmam uma constante: a polissemia e magnitude do conceito. Desta forma, cada abordagem acerca do conceito de paisagem vai possibilitar formas diferenciadas de ler o mundo a sua volta.

Os pressupostos teóricos e metodológicos para realizar o estudo da paisagem mudaram ao longo do tempo, assim como a base material de uma paisagem se transforma a partir das ações humanas.

Assim, num primeiro momento, com as abordagens morfológicas, há uma angústia em descrever e interpretar aquilo que é material, o que é aparente. Apesar disto, percebe-se que mesmo naquelas abordagens em que se dava maior ênfase aos elementos naturais, sem considerar a presença humana, o imaterial (cultura) surge e cria condições para a paisagem ganhar vida. Exemplos disso são análises de Humboldt acerca da paisagem, pois eram tanto empíricas quanto romantizadas a partir da pintura.

Já num segundo momento, com a Nova Geografia Cultural, há um fascínio pela dimensão não-material da cultura, contudo, sem negligenciar seu aspecto material, sendo representativos elementos como o cotidiano das pessoas, os geossímbolos e as representações

espaciais. Portanto, o estudo da paisagem cultural em algum momento pode privilegiar uma determinada abordagem, mas não necessariamente excluir a outra.

Esta polissemia do conceito e diversidade de abordagens se torna vital para a compreensão de paisagens rurais, visto que no meio rural há uma imbricação que envolve por um lado às características do meio biofísico e por outro os elementos da cultura local, criando vínculos entre as pessoas e suas paisagens que são renovados e fortalecidos diariamente.

A paisagem nesta perspectiva permite entender como ocorre a alteração das áreas ocupadas por determinados grupos, mediante a cultura, ou seja, quais são os pressupostos levados em conta para alterar as paisagens rurais.

A paisagem cultural, assim, é tanto simbólica como material, visto que a cultura das sociedades rurais não dissocia o natural do cultural. Portanto, o cultural (simbólico) e o natural (material) caminham juntos, pois a partir de modificações físicas a paisagem que é viva e dinâmica se transforma. Por outro lado, também se transformam aqueles que nela vivem e com ela se relacionam, já que também são dinâmicas as suas práticas de alteração das paisagens e os pensamentos que as animam.

Como um elemento de aporte metodológico a análise da paisagem, em meio a mudança no foco e perspectiva, surgem as etnometodologias. A abordagem etnometodológica centrada na análise das narrativas e da forma como as pessoas percebem e vivenciam os fenômenos, possibilita compreender as percepções e representações dos grupos humanos em relação à paisagem que se inserem e como pensam e agem sobre elas. Desta forma, é possível captar os significados atribuídos as práticas cotidianas que produzem a realidade paisagística, além de revelar o continuum existente entre os grupos humanos e as paisagens locais.

Enfim, paisagem é um conceito-chave para a geografia a partir do qual podemos construir diversas abordagens, dependendo do objeto de estudo e do enfoque que se pretende, além de sua dinamicidade lhe possibilita interagir com as atuais abordagens teórico-metodológicas de análise da relação dos grupos com o meio.

Referências Bibliográficas

AB' SÁBER, A, N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Org). **Paisagem, tempo e cultura**. 2ª edição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 84-91.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. **RA'E GA**. Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/raega/article/view/3389>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

BICUDO, M, A, V. Sobre a fenomenologia. In: _____; ESPÓSITO, V. H. C. (Org). **Pesquisa qualitativa em educação**. 2ª. edição. Piracicaba: Editora Unimep, 1997, p. 15-22.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Org). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.

BONIN, S. Au delà de la représentation, le paysage. **Revue Strates-LADYSS**. Paris, n.11, p. 13-26, 2004. Disponível em: <http://strates.revues.org/390#text>. Acesso em: 8 julho de 2013.

CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M. Hermenêutica e educação ambiental: o educador como interprete. In: FERRARO JÚNIOR. L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educador(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2005, p. 177-187. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/encontros.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2013.

CAVACO, C. As paisagens rurais: do ‘determinismo natural’ ao determinismo político. **Finisterra**. Lisboa, volume 40, n.79, 2005. p. 73-101. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1493>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002, p. 11-46.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Org). **Paisagens, texto e identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 13-74.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 3ª edição. Florianópolis: UFSC, 2007.

CORRÊA, R. L. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, volume 1, n.1, p. 1-22, out de 1995.

CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In:_____. (Org). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.p, 7-11.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Org). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Org). **Introdução à geografia cultural**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 35-145.

DEFFONTAINES, P. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. **Geografia**, São Paulo, volume 1, n.2, p. 69-117, 1935.

DEFFONTAINES, P. Pays et paysages de l'État de Saint-Paul (Brésil). Première esquisse de division régionale [Premier article]. **Annales de Géographie**. Paris, volume 45, n.253, p. 50-71, 1936.

DEMO, P. **Metologia científica em ciências sociais**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade, NUPAUB-Núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras – Universidade de São Paulo, 1999.

DUNCAN, J. A Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 91-132.

FERRARA, L. D. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Tradução de António Gonçalves. Coimbra: Almedina, 1980.

GUÉRIN, J. P. Géographie et représentation. In: FERRAS, R.; _____; GUMUCHIAN, H. (Org). **Représenter l'espace. L'imaginaire spatial à l'école**. Paris: Anthropos, Diff. Economica, p. 3-5, 1989.

HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n.3, p. 8-19, jan/jun de 1997. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6707/4783>. Acesso em: 3 de maio de 2013.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, M. El paisaje como seña de identidad territorial: valorización social y factor de desarrollo, ¿utopía o realidad? **Boletín de la A.G.E**. Madrid, n.49, p. 169-183, 2009. Disponível em: <http://www.boletinage.com/articulos/49/09%20HERNANDEZ.pdf>. Acesso em: 2 de julho de 2015.

HERNÁNDEZ, R. D. El paisaje rural de Canarias: la difícil supervivencia. In: XIII Jornadas de Historia de Fuerteventura y Lanzarote, 3., 2011, Fuerteventura. **Anais...** Fuerteventura: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2011. p. 355-389. Disponível em: <http://www.geografosdecanarias.org/pdf/articulos/paisajerural.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

HUMBOLDT, A. V. **Cosmos. Ensayo de una descripción física del mundo**. Traducción de Bernardo Giner e José de Fuentes. Buenos Aires: Editorial Glem, 1944.

KNIFFEN, F. B. Folk housing: key to diffusion. **Annals of the Association of American Geographers**. Washington, volume. 55, n.4, p. 549-577, dez. de 1965.

KOZEL, S. As representações no geográfico. In: MENDONÇA F.; _____ (Org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. 2ª edição. Curitiba: Editora UFPR, 2002, p. 215-232.

LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 1ª edição. Campinas: Papirus, 1988.

LEMA, P. B. Representações espaciais em geografia: da paisagem como objectivo, às lógicas espaciais e modificações do território. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e**

Humanas. Lisboa, n.10, p. 97-119, 1997. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/8192>. Acesso em: 21 de abril de 2013.

MACIEL, C. A. A. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada ontogenosiológica. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, volume. 3, n.6, p. 99-117, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/67/65>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

MARTÍNEZ DE PISÓN, E. El paisaje, patrimonio cultural. **Revista de Occidente**. Madrid, n.194-195, p. 37-49, julio/agosto, 1997.

MCDOWELL, L. As transformações da geografia cultural. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH G. (Org). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 159-188.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MONBEIG, P. Leçon inaugurale 6 novembre 1952, Conservatoire National des Arts et Métiers. In: DROULERS, M.; THÉRY, H. (dir.). **Pierre Monbeig, un géographe pionnier**. Paris: Éditions de l'IHEAL, 1991, p. 219-225. Disponível em: <<http://books.openedition.org/iheal/1540>>. Acesso em: 2 de julho de 2015.

MONBEIG, P. A Paisagem, Espelho de uma Civilização. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, volume 6, n.11, p. 109-117, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/147>. Acesso em: 1 de julho de 2015.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 20ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Tradução Pedrinho Arcides Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

OZOUF-MARIGNIER, M; ROBIC, M. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a Regionalização. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, volume 9, n.18, p. 7-31, 2007. Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/223/215>>. Acessado em 27/06/2015.

PASSOS, M. M. Eco-história da paisagem. **Boletim de Geografia (UEM)**. Maringá, volume 15, n.1, p. 70-83, 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12880/7330>. Acesso em: 5 de abril de 2013.

PINTO-CORREIA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. **Inforgo**. Lisboa, volume 22, p. 67-71, jul de 2007. Disponível em: http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforgo_20&21/Inforgo%2020&21%20Paginas_067_071.pdf. Acesso em: 1/07/2015.

RIBAS VILAS, J. Planificación y gestión del paisaje rural. In: BOLÓS, M. (Org.). **Manual de ciência del paisaje: teoria, método y aplicaciones**. Madrid: Masson, 1992, p. 250-262.

RATZEL, F. O Solo, a Sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, volume 2, p. 93-101, 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47081>. Acesso em: 29 de junho de 2015.

RATZEL, F. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 32-107.

ROCHA, G. O. R.; AMORAS, I. C. R. O ensino de geografia e a construção das representações sociais sobre a Amazônia. **Revista Terra Livre. AGB**. São Paulo, volume. 1, n.26, p. 143-164, jan/jun de 2006. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N26.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2013.

SANTOS, M. A. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2ª edição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.

SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP – espaço e tempo**. São Paulo, n.33, p. 168-185, 2013. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewFile/619/365>. Acesso em: 22 de maio de 2013.

TABET, D. **Economia agraria e ambiente naturale**. Milano: Franco Angeli, 1989.

TELLES, G. R. A paisagem é tudo. In Pessoas e Lugares. **Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+**, Braga (PT), janeiro/fevereiro de 2004, II série, n. 16, Rede Portuguesa, p. 4-5. Disponível em: <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl16.pdf>. Acesso em: 3 de julho de 2015.

VERDUM, R. **A Geografia e o estudo da paisagem**. Porto Alegre: Departamento de Geografia da UFRGS 2008. Disponível em: <http://mariorangelgeografo.blogspot.com.br/2008/10/geografia-e-o-estudo-da-paisagem.html>. Acesso em: 7 de junho de 2012.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Tableau de la géographie de la France (Tome 1)**. 1^a édition. Paris: Haehette, 1903. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ga000918.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2015.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Geografia geral. Os gêneros de vida na Geografia humana. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, volume 7, n.13, p.113-130, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/182>. Acesso em: 28 de junho de 2015.